

VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho. O Trabalho no Século XXI.
Mudanças, impactos e perspectivas.

Número e Título do GT:

GT 09 - Desigualdad Socioeconomica y Desarrollo

Dr. Hector Palomino (Universidad de Buenos Aires / Ministerio de Trabajo, Empleo y
Seguridad Social / Argentina)

Dr. Claudio Dedecca (Universidade Estadual de Campinas / Brasil)

Título do trabalho: **Política de Trabalho Decente e Metas de Desenvolvimento: uma
análise de indicadores comparativos para o Brasil**

Nome(s) do autor e co-autores:

Ronaldo Baltar

Claudia Siqueira Baltar

Política de Trabalho Decente e Metas de Desenvolvimento: uma análise de indicadores comparativos para o Brasil

Ronaldo Baltar / UEL

Claudia Siqueira Baltar / UEL

Resumo

O artigo tem por objetivo analisar a relação entre as dimensões da política de Trabalho Decente e desenvolvimento nos estados do Brasil. Como resultado de políticas públicas diversas e reorientação de investimentos, nos últimos 10 anos observa-se uma mudança no padrão de distribuição de setores de produção e conseqüentemente no perfil de geração de emprego, renda e qualidade de vida em diversas regiões do país. Utilizando dados das bases do RAIS/CAGED(MTE) e censo do IBGE, a pesquisa analisa a meta do Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente, através dos indicadores de monitoramento de trabalho decente, como instrumento de comparação, análise e problematização de ações governamentais voltadas às políticas de desenvolvimento regional para geração de emprego, combate à pobreza e redução das desigualdades sociais.

Política de Trabalho Decente e Metas de Desenvolvimento: uma análise de indicadores comparativos para o Brasil

Resumo expandido

Objetivo

O objetivo deste artigo é analisar a relação entre o Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente e Trabalho Decente e as metas de desenvolvimento nos estados do Brasil. Utilizando-se dos dados do MTE, IBGE, aplicados aos indicadores de metas de para o desenvolvimento e promoção do trabalho decente por estados, propõe-se a avaliação dos indicadores de trabalho decente, para comparação e problematização de ações governamentais voltadas às políticas de desenvolvimento regional como forma de promoção do emprego, combate à pobreza e redução das desigualdades sociais. A questão central discute se a Política de Trabalho Decente pode ser um caminho para o desenvolvimento regional, ou figura-se como ação de redução aos efeitos extremos da precarização, como trabalho infantil, trabalho forçado. A pesquisa tem como objetivo discutir as teses sobre o alcance da Política Nacional de Emprego como eixo para o desenvolvimento centrado no consumo de massas, tal como postulado nos Planos Plurianuais de Desenvolvimento do Brasil. Pretende-se, desta forma, com um estudo empírico, contribuir com a reflexão sobre a relação entre desenvolvimento, trabalho e mercado interno. Ao lado desta discussão teórica, a pesquisa pretendeu avançar na discussão metodológica sobre a construção e implementação de indicadores para análise da Política de Trabalho Decente.

Objeto

O conceito de trabalho decente, é entendido como um trabalho com justa remuneração, realizado em condições adequadas, em regime de liberdade, equidade e segurança. O trabalho decente é aquele capaz de permitir ao trabalhador uma vida digna com sua família e sem danos a sua saúde (OIT: 1999). Inseriu-se neste contexto também a extensão da proteção social ao trabalhador e o que se passou a conhecer como "diálogo social" (FIELDS, 2003: 242). Em 2006, ficou estabelecido um compromisso hemisférico para a realização de ações governamentais dos países signatários (OIT,2006:8). Ainda em maio de 2006 o governo brasileiro lançou a Agenda Nacional do Trabalho Decente. No mesmo período, o governo federal lançou o Plano Plurianual PPA-2004/2007, chamado de "Plano Brasil - participação e inclusão". Entre os diversos eixos que sustentam as

propostas do PPA, está a ideia da "dinâmica de crescimento por consumo de massa" (Plano Brasil, 2004, item IV). Segundo o documento, o PPA pretendia inaugurar um ciclo de crescimento por meio da expansão do mercado consumidor, que seria sustentado pela incorporação de mais pessoas (famílias) no mercado formal de trabalho. Ao mesmo tempo, o Plano apoiaria a expansão das empresas modernas em diversos setores da cadeia de bens de consumo.

A proposição do PPA 2004-2007, "crescimento por consumo", apóia-se na concepção sobre o limite do mercado interno como entrave estrutural a ser superado para fomentar o desenvolvimento no país (FURTADO, 1974:232). O mesmo argumento fundamenta o PPA 2012-2015, intitulado de "Plano Mais Brasil" (PLANO MAIS BRASIL, 2011).

Em 2010, o Ministério do Trabalho, em continuidade à Agenda Nacional do Trabalho Decente, convocou uma Conferência Nacional que estabeleceu metas até 2015 para o Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente. Este mesmo documento apresenta um conjunto de indicadores para monitoramento das metas propostas. No ano de 2012, quase todos os estados da federação realizaram Conferências Regionais e Estaduais tripartites para a elaboração de propostas de aplicação das metas propostas pela Agenda Nacional. Em agosto de 2012, foi realizada a I Conferência Nacional do Emprego e Trabalho Decente, também com participação tripartite, que formulou compromissos para o cumprimento das metas do Plano Nacional. As conexões entre a agenda para promoção do trabalho decente e a proposição de crescimento por meio do mercado consumidor são explícitas. As metas da Política de Trabalho Decente, considerando os períodos 2008 a 2011, foram incorporadas no Plano Plurianual de 2008 a 2015. Além disso, estas metas também se coadunam com as metas governamentais para os Objetivos do Milênio e as metas acordadas pelo governo brasileiro para a Agenda Hemisférica do Trabalho Decente. O objeto de estudos foca-se na análise dos indicadores estabelecidos pelo Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente, avaliando para os estados da federação, tendo como ênfase a avaliação da capacidade de geração de empregos, dentro das metas do trabalho decente para 2015, em relação ao impacto no desenvolvimento dos estados, de acordo com as metas do Plano Plurianual de Desenvolvimento "Mais Brasi".

Metodologia

Este estudo analisa um conjunto de indicadores que servem de base para avaliação das metas estaduais no âmbito dos compromissos assumidos na Política Nacional do

Emprego e Trabalho Decente, no PPA "Mais Brasil" e na Agenda Hemisférica do Trabalho Decente. Estes indicadores, definidos para a Agenda do Trabalho Decente, visam estabelecer metas para redução da pobreza e desigualdade no Brasil até 2015 através do emprego de qualidade. A proposta de avaliação de metas é analisada pelo cruzamento das diferentes dimensões do Trabalho Decente, correlacionando-as à dinâmica de cada estado, para que se possa ter um parâmetro do ritmo de avanço ou recuo da situação presente em relação à meta de 2015. A pesquisa faz ainda uma discussão metodológica sobre os limites dos indicadores propostos na Política Nacional de Emprego e Trabalho Decente, que não apontam efetivamente a relação entre trabalho, renda, desenvolvimento e redução da pobreza. Desde a popularização do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), proposto pelos economistas Mahbub Ul Haq e Amartya Sen para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1990, uma diversidade de indicadores de monitoramento de políticas sociais tem sido difundida como medida avaliação de desenvolvimento social, sobretudo como modelo comparativo entre países (ONU: 2001). Tanto quanto diferentes propostas metodológicas, existem inúmeras recomendações sobre o limites do uso deste tipo de recurso analítico para a avaliação de desenvolvimento e seus impactos (TRZESNIAK 1998). As pesquisas de ANKER (2002) e GHAI (2003) estabeleceram diretrizes para a construção inicial de indicadores de Trabalho Decente. Ambos os autores discutem propostas para comparação de indicadores entre países. Diferentemente do IDH, que mede basicamente os resultados diretos e indiretos de políticas públicas (saúde, educação, renda); o Trabalho Decente reflete as relações estabelecidas no interior do processo produtivo. Um indicador nacional dificilmente representaria, por exemplo, as diferentes formas de negociação coletiva e de liberdade de organização sindical, que dependem não apenas de ações do Estado, embora possam ser afetados diretamente em governos que inibem formas livres de associação dos trabalhadores. Mas havendo um aparato jurídico que garanta a liberdade sindical e a negociação coletiva, nos moldes das Convenções 97 e 98 da OIT, o resultado final de maior ou menor índice de sindicalização em um determinado setor poderá depender não somente de ações inibidoras de empresas ou dos governos, mas também da disposição ou disputa política no interior de determinada base sindical. O mesmo vale para as condições de trabalho, empregabilidade, remuneração, igualdade de oportunidades e outros indicadores resultantes das condições próprias do processo produtivo local. Para auxiliar neste debate

sobre a construção indicadores para avaliar o Trabalho Decente como meta de Política Pública, propõe-se aqui uma reflexão sobre a construção de propostas com dados por estado e setor, em uma combinação de dados da RAIS-MTE e dados do Censo do IBGE, que permitam levar em consideração a diversidade produtiva e o perfil sócio-demográfico dos estados. Os resultados das análises dos indicadores são correlacionados com variáveis selecionadas sobre a existência de políticas de trabalho, renda e desenvolvimento nos municípios e regiões do estado. A utilização da RAIS como fonte de dados impõe uma delimitação, somente são contabilizados os trabalhadores com contrato de trabalho assinado (efetivos ou temporários). Isso significa que todo o setor informal não aparece nos dados da RAIS. Contudo, deve-se levar em consideração que quanto maior a estrutura de variáveis, maior a complexidade da análise posterior e, possivelmente, maior será a possibilidade de que o indicador perca força explicativa para os compromissos da Agenda de Trabalho Decente. Para buscar correlacionar os setores econômicos e também o trabalho informal, foram utilizadas as seguintes fontes do IBGE: Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (vários anos), Censo Demográfico 2010, Economia informal urbana – vários anos, dados Demo gráficos das Empresas 2009, Indicadores conjunturais da indústria: emprego e salário e produção, pesquisa de orçamentos familiares, Pesquisa mensal de emprego.

Resultados

A consolidação da opção de crescimento por meio do mercado consumidor interno em face do crescente processo de globalização tem sido recolocada em discussão por diversos autores, com diferentes perspectivas, desde os anos 90. Contudo, o processo de crescimento recente do Brasil e o movimento político em torno da agenda do Trabalho Decente, contrário a estes obstáculos impostos pelo processo de globalização, recolocam esta questão no centro do debate uma vez mais. Estudos confirmam as análises de vários autores e da OIT (2012), que mostram avanços acentuados em indicadores do Trabalho Decente nos estados onde se concentra maiores níveis de pobreza no país. Nestes estados, houve uma diminuição das disparidades de gênero e raça, redução no trabalho infantil e aumentou a renda média dos trabalhadores. Contudo, o que se discute como resultado desta pesquisa, é que o aumento no emprego formal e na renda média, a redução das discrepâncias de gênero e raça, não estão diretamente correlacionadas com

as políticas de desenvolvimento. São resultados que mostram maior consistência com as variações nas políticas sociais do que com as metas de desenvolvimento do PPA.

Este é o eixo da discussão que conduz este artigo: as possibilidades de se compreender o desenvolvimento por meio de políticas de promoção do trabalho, renda e ampliação do mercado interno. O resultado é que as dimensões do conceito de “trabalho decente” proposto pela OIT extrapolam o estudo de condições específicas de trabalho e permitem reintroduzir a discussão sobre o desenvolvimento econômico e social no período estudado e com projeções para 2015. Desta maneira, propõe-se neste artigo, uma redefinição dos indicadores de trabalho decente que enfatizem os aspectos mais relacionados com a redução das desigualdades através do trabalho formal, como forma de se visualizar de maneira mais evidente como as metas para o trabalho decente podem se relacionar com as metas de crescimento econômico, com o compromisso de redução da pobreza através do emprego, através do Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente, com o compromisso de gerar emprego para combater a pobreza e as desigualdades sociais.

Principais referências bibliográficas

ANKER, R.; CHERNYSHEV, I. et.alii. Measuring decent work with statistical indicators. *International Labour Review*, v. 142, 2003.

BALTAR, R. PAULINO, A. Y. ; VILMAR, M. L. *Decent Work Enterprise Index: a methodology to analyse the relation between social development and economic growth*. In: Conference on Labour and the Challenges of Development. Johannesburg, South Africa : University of the Witwatersrand, 2007.

DIEESE. Mercado de Trabalho Brasileiro: evolução recente e desafios. Nota a imprensa. Dieese : São Bernardo, 2010. Disponível em <
<http://www.dieese.org.br/ped/mercadoTrabalhoEvolucaoDesafioTexto2010.pdf>>
Acessado em 21 de agosto de 2011.

DUPAS, G. Pobreza, Desigualdade e Trabalho no Capitalismo Global. *Nueva Sociedad*, Junho, 2008.

FIELDS, G. S. Decent work and development policies. *International Labour Review*, v. 142, n. 2, p. 239–262, 2003.

FURTADO, Celso. Teoria e política do desenvolvimento econômico. São Paulo : Editora Nacional, 1974.

GHAJ, D., "Decent work: concepts and indicators", *International Labour Review*, v. 142, n. 2. ILO : Genebra, 2003.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION - ILO. (1999): Report of the Director-General: decent work, 87th Session, Geneva.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. Plano Brasil: participação e inclusão, PPA 2004-2007. Disponível em <http://www.planobrasil.gov.br/texto_base.asp?cod=4> Acessado em 25 de maio de 2011.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. Plano mais brasil 2012-2015: Dimensão estratégica. Ministério do Planejamento, Brasil, 2011.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. Plano nacional do emprego e trabalho decente. Brasília, 2010.

OIT. Decent Work and Poverty Reduction Strategies: a reference document for ILO staff and constituents, Geneva : 2005.

OIT. Trabalho decente nas Américas: uma agenda hemisférica, 2006-2015. Brasília: Estagraf, 2006.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Decent Work and Poverty Reduction Strategies: a reference document for ILO staff and constituents*, Geneva : 2005.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *World of Work Report: Income Inequalities in the Age of Financial Globalization*. Genebra: International Institute for Labour Studies, 2008b.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Perfil do Trabalho Decente no Brasil – Um Olhar sobre as Unidades da Federação. Brasília, 2012.

POCHMAN, Marcio. O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo : Boitempo, 2005.

STANDING, Guy. *The decent work enterprise: worker security and dynamic efficiency*. ILO, Genebra, Maio, 2003.